

28 de março, domingo, às 18 horas



Pré-Seder laico

Leitura de texto inédito sobre Pessach
Participação do Coral da ASA

Jantar completo (incluindo bebidas)

Convites na secretaria:

R\$ 55,00 (sócios da ASA quites com as trimestralidades)

R\$ 60,00 (não-sócios)

Em alguns casos, pode haver entrega de convites em domicílio. Informe-se na secretaria (2539-7740 e 2535-1808, das 10 às 18 horas).

Os convites só serão vendidos antecipadamente.

Não se fazem reservas.

Reprodução



ALVARO DE OLIVEIRA SENRA ANALISA:

Onde cabe a religião no Estado laico?

Páginas 6 e 7

E MAIS...

2

EDITORIAL

Para que não se repita

3

PESSACH

Conversa ao pé da matsá

JACQUES GRUMAN

4

ARGENTINA

Um país inimaginado

NERINA

VISACOVSKY



Juan Domingo Perón

8

BECO DA MÃE

Os comunistas festivos

HENRIQUE VELTMAN

9

PORTO ALEGRE

Clube de Cultura, 60

AIRAN MILITITSKY AGUIAR

10

SIONISMO

Pró, não e anti

BENNETT MURASKIN,

Outlook

11

CARTAS

NOTAS

12

.COM

Kibutz, o novo faz cem anos

FANY SECHTER RUAH

EDITORIAL

Para que não se repita

Continuam repercutindo intensamente as propostas contidas na terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos, elaborado pelo governo. Entre as muitas sugestões, a criação da Comissão Nacional da Verdade, que provoca muito ruído em setores militares e civis conservadores, visaria apurar os crimes de tortura e assassinato cometidos durante a ditadura civil-militar brasileira (1964/85).

Os cálculos não são totalmente precisos, mas estima-se que 20 mil brasileiros foram submetidos a tortura no período, dos quais cerca de 400 acabaram mortos e/ou estão desaparecidos. Incontáveis prisões políticas não tiveram registro oficial (o que era, na época, sinal verde para os massacres dentro dos aparelhos de repressão, administrados por militares e, não raro, patrocinados por empresários). Todos esses crimes permanecem impunes, sob a alegação de que a Lei da Anistia passou uma borracha nos acontecimentos.

O Brasil, ao contrário de Uruguai, Argentina e Chile, não libera os documentos que revelam o *modus operandi* e a cadeia de responsabilidades dos aparelhos de repressão. Famílias de assassinados sequer tiveram o direito de enterrar seus entes queridos. Estão privadas de um direito elementar: o de saber a verdade.

A ASA já se posicionou a favor da criação da Comissão. Não para que ela seja um instrumento de vingança, mas para que a sociedade brasileira conheça, com todos os detalhes, a máquina institucional que produziu tanto sofrimento. Esta é a base mínima para que se possa fazer justiça e se respeite a memória.

Os judeus sabemos a importância da memória. Exemplo emblemático foi a organização clandestina Oineg Shabes, criada no Gueto de Varsóvia pelo professor Emanuel Ringelblum. Cerca de 60 ativistas recolheram tudo o que puderam dentro do gueto (objetos, fotos, documentos etc.). Mesmo conscientes de que as chances de sobrevivência eram mínimas (Ringelblum acabou assassinado em 1944), fizeram questão de deixar para a posteridade um retrato da barbárie (boa parte do material foi recuperada depois da guerra). Para que ela não se repita. ■

Associação Scholem Aleichem de Cultura e Recreação

Rua São Clemente, 155 - Botafogo
Rio de Janeiro - RJ - CEP 22.260-001
Tel:(21)2535-1808 Telefax:(21)2539-7740
Home page: www.asa.org.br e-mail: asa@asa.org.br

Presidente Mauro Band

Vice-presidentes Horácio Itkis Schechter e Gitel Bucaresky

Secretárias Tania Mittelman e Rosa Goldfarb

Tesoureiros Moisés Ghersgorn e Fany Haus Martins

Diretores Jacques Gruman, Clara Goldfarb,
Marcos David Somberg, Fanny Cytryn e Esther Kuperman



ASA JUDAÍSMO E PROGRESSISMO é o órgão informativo e de divulgação cultural bimestral da Associação Scholem Aleichem de Cultura e Recreação.

Home page: www.asa.org.br
e-mail: asa@asa.org.br

Editora e Jornalista Responsável

Sara Markus Gruman - (Reg. Prof. nº 12.713)

Colaboradores do Boletim: David Somberg, Esther Kuperman, Fany Sechter Ruah, Heliete Vaitzman, Henrique Veltman, Jacques Gruman, Renato Mayer e Tania Mittelman

Foto de capa: Crucifixão na parede do Supremo Tribunal Federal

Programação Visual: Hama Editora

Impressão: Grato

Tiragem: 2.200 exemplares

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam necessariamente os pontos de vista da Diretoria da ASA. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desde que citada a fonte.

NA ASA

Coreógrafo Rafael Barreto de Castro



Estes dançam



Regente Claudia Alvarenga

Estes cantam

DANÇA ISRAELI - Toda terça, às 18h30
CÍRCULO DE LEITURA EM PORTUGUÊS -

Quinzenalmente, terças, às 15h30

CORAL DA ASA - Ensaios toda quarta, às 20h

AULAS DE ÍDISH - Toda quinta, das 19 às 20 horas,
com Moisés Garfinkel

Estacionamento no local (pago) Saída S. Clemente da Estação Botafogo (sentido Humaitá)

Conversa ao pé da matsá

Jacques Gruman / Especial para ASA

Ninguém mais se lembra de Deus no Natal, disse Gabriel García Márquez. Assim ele resume como hoje se distorce o sentido da data máxima da cristandade. O grande escritor atribuiu o fato a uma “operação comercial de proporções mundiais, que é, ao mesmo tempo, uma devastadora agressão cultural”. Tudo se transforma numa frenética troca de presentes e, não raro, de reuniões e sorrisos forçados. A introspecção é substituída pela euforia, a tradição dá lugar aos modismos ditados pelos meios de comunicação e o comércio. Conclui Gabo, com ironia: “Não é raro ver crianças que acreditam que o menino Jesus não nasceu em Belém, mas nos Estados Unidos.”

Será que coisa parecida acontece conosco, os judeus? Procuramos os significados das nossas tradições ou apenas repetimos, mecanicamente, a rotina das celebrações, cada vez mais carregadas de valores mercantis? A pompa que cerca, por exemplo, muitas festas de bar mitsvá, vulgariza este antigo ritual de passagem. O excesso de luxo – e falta de conteúdo – faz lembrar uma das últimas cenas da novela *Roque Santeiro*. O personagem Zé das Medalhas, embriagado pela cobiça, termina solitário e se afoga numa montanha de medalhas.

Estamos nos aproximando do Pessach, que muitos consideram a mais popular das festas judaicas. Ignoro quantas famílias se reúnem para não só ler a *Hagadá*, mas também conversar sobre seus muitos significados. Minha família original não tinha esse hábito. Apenas nos encontrávamos para ler uns poucos trechos. Cumprido o protocolo, caíamos de boca no banquete, como de hábito superdimensionado pelo departamento feminino. Minhas memórias infantis e adolescentes são de paladar e olfato, não de leitura ou deslumbramento. Os adultos, bem, eles já sabiam da história, pareciam mesmo entediados, e nada ha-

via a acrescentar. A conversa boa, quando havia, vinha depois da *compot*. E não era, posso garantir, sobre Moisés.

Os povos têm seus mitos fundadores. São como magnetos, que, mesmo inverossímeis ou carentes de evidências, criam uma força integradora, que aproxima, identifica e dissolve diferenças. Veja-se o *Êxodo*. Não existe comprovação de que ele aconteceu tal como narra a tradição. Mais de cem anos de extensa e intensa investigação histórica e arqueológica na região do delta do Nilo não revelaram um único traço desta narrativa. Não existe nenhum registro dela nas crônicas egípcias daquele tempo. Arqueólogos israelenses vasculharam minuciosamente as areias do

**Vale a pena ler
a tradição como
quem lê uma
poesia.**

deserto do Sinai entre 1967 e 1982. Não descobriram um vestígio sequer da suposta jornada de 40 anos. Apesar disso, a história continua a ser contada. O rabino norte-americano Peter Schweitzer pergunta: “Se não podemos aceitar o Êxodo como um fato histórico, pois sabemos que ele é uma lenda, por que continuamos a contar a história? Como manter, neste caso, nossa honestidade intelectual?”

Não há resposta simples. Quem disse que viver é simples? Gosto de pensar que vale a pena ler a tradição como quem lê uma poesia. É mais importante sentir do que exibir o selo de autenticidade. No Pessach, sinto a aragem da liberdade e da travessia. Os judeus seculares e de esquerda que chegaram aos Estados Unidos no final do século 19 tinham uma posição desafiadora (alguns diriam ingênua ou pueril): para provar que se desligavam do

“atraso religioso”, comiam ostensivamente no Iom Kipur e, no Pessach, serviam-se de pães e bolos preparados com farinha comum. Com o tempo, perceberam que o sectarismo apenas os afastava daqueles que, mesmo sem serem judeus praticantes, gostavam de celebrar respeitosamente algumas tradições de seus pais e antepassados. Chaim Zhitlovsky escreveu um ensaio em que exortava os não religiosos a reconhecer a importância de certos valores da religião judaica. Tudo isso convergiu para o surgimento do *driter seder*, o jantar de Pessach organizado pela *companheirada*, fora dos jantares de família. Neles, passaram a ser lidas *hagadot* com forte viés político, de que é um exemplo magnífico o texto publicado pelo Bund (União dos Trabalhadores Judeus da Lituânia, Polônia e Rússia), em abril de 1900. O Êxodo inspirava os libertários.

A travessia do Sinai por quatro décadas é pura poesia. Já imaginaram os problemas logísticos para alimentar, dar de beber, vestir e abrigar cerca de 600 mil pessoas num ambiente árido e hostil? Sugiro descer dois degraus abaixo da superfície. Certa vez, o psicanalista Hélio Pellegrino comentou que não se deve subestimar o poder do conservadorismo. Mesmo quando alguém sabe que uma situação é insustentável, prefere muitas vezes mantê-la. Ao menos não precisa enfrentar a incerteza do novo, do desconhecido, da mudança. Atravessar o deserto em busca da Terra do Leite e do Mel, ou seja, de uma abundância inédita, demandou coragem. Como disse um estudioso das tradições, foi preciso tirar o Egito de dentro dos judeus. Olhando assim, o Pessach nos encoraja a empreender uma travessia, a desafiar a inércia e descobrir sentidos para a vida. Não é pouco, nesta sociedade do espetáculo, que convida à preguiça. ■

Jacques Gruman é diretor da ASA e colaborador deste Boletim.

Um país inimaginado

Nerina Visacovsky / Especial para ASA

Reprodução



O presidente Juan Domingo Perón

No artigo anterior do boletim **ASA** afirmamos que, em 1957, a Organização Feminina do ICUF (OFI) se jactava de ter lutado com firmeza contra “as frias paredes da opressão peronista e a ignóbil reação judaica”; mas longe estavam de imaginar as características dos governos autoritários e as “ignóbeis” atuações judaicas que entrariam em cena poucos anos depois. Vejamos então a que nos referíamos.

Em princípios de 1953, o governo peronista começava a perder estabilidade política e econômica. Aos conflitos do presidente com a Igreja se somavam a oposição partidária e os militares anti-peronistas. A morte de Evita, em 1952, a grave crise econômica e os conflitos sindicais que se acentuavam com repetidas greves foram conduzindo ao golpe militar de setembro de 1955. Do ponto de vista político, a oposição, entre 1946 e 1955, foi o Partido Radical, mas, no plano ideológico, o antagonismo residiu no alinhamento socialista-liberal, no qual uma grande parte da esquerda se reconhecia. Do mesmo modo que todo o espectro icufista, as mulheres da OFI

também manifestavam sua oposição ao governo de Juan Domingo Perón.

Dentro da comunidade judaica existia uma influente organização de tendência pró-peronista denominada Organização Israelita Argentina (OIA). Seus membros eram vistos pelo icufismo como “reacionários e traidores” dos princípios de “unidade” que a comunidade devia manifestar no combate ao antissemitismo. O ICUF acusava a OIA de “esquecer” que “Perón havia apoiado o Eixo”, havia permitido a entrada de “numerosos nazistas como refugiados” e se mostrava “amigo” do “imperialismo norte-americano”. Por outro lado, o ICUF acusava a DAIA de atitude “hipócrita” por insistir numa posição “apolítica” ao mesmo tempo em que enviava mensagens a Perón explicando que a entidade nada tinha a ver com as

Nas páginas do *La Prensa*, vários intelectuais judeus apoiaram Perón durante a sua segunda presidência.

“pró-comunistas” – uma referência às icufistas – e que estas já haviam sido expulsas da *kehilá* em 1952.

O certo é que o peronismo era um fenômeno complexo e que, embora acolhesse grupos de direita nacionalista com atitudes antissemitas, Perón os condenava publicamente. Nas páginas do periódico *La Prensa*, vários intelectuais judeus apoiaram Perón durante a sua segunda presidência. Foram os casos de César Tiempo, Bernardo Koremlit e León Benarós, entre outros. Além do mais, pela primeira vez na História argentina, judeus foram admitidos como funcionários do governo, caso do subsecretário do Ministério do Interior Abraham Krislavin.

Inclusive, vale a pena destacar que, por volta de 1954, os antissemitas eram os nacionalistas ultraconservadores opostos ao governo. De fato, depois do golpe, uma revista neonazista qualificava o peronismo como “um sindicalismo hebreu com tendência à esquerda”. Contudo, as expectativas do icufismo quanto à derrocada de Perón foram breves. A autoproclamada “revolução libertadora”, que se estendeu de setembro de 1955 a fevereiro de 1958, teve como primeiro presidente o militar Eduardo Lonardi, próximo aos católico-nacionalistas, que tentou em vão fazer acordos com o sindicalismo e a CGT. Pouco depois, foi derrubado, e assumiu uma facção mais dura, que, sob o comando de Pedro E. Aramburu e Isaac Rojas, proscreeu o justicialismo e interveio nos sindicatos. O governo impôs o estado de sítio e a lei marcial, e reprimiu com fuzilamentos o levante da resistência peronista em junho de 1956. Com o propósito de se diferenciar do “autoritarismo justicialista”, os militares convocaram eleições partidárias “sem peronistas”. Com o Partido Radical fracionado e o peronismo proscrito, o candidato da Unión Cívica Radical Intransigente UCRI), Arturo Frondizi, surgiu como uma figura “progressista”, que iludiu os icufistas com a idéia de que “finalmente chegou a hora de vencer a reação”. Frondizi assumiu a presidência em 1958 e contou com o apoio da esquerda, só que logo desiludiu os seus entusiasmados eleitores. As promessas “anti-imperialistas” foram frustradas quando impulsionou a entrada de capitais estrangeiros para instalar um programa desenvolvimentista. Embora Frondizi tenha atendido a um apelo histórico da esquerda imigrante, anulando a Lei de Residência 4144, seu programa econômico era contrário às demandas dos trabalhadores. Enquanto

crecia a polarização entre peronistas e antiperonistas, nos bastidores do governo os militares continuavam dominando, e, em 1960, Frondizi avalizou o estabelecimento do Plan de Conmoción Interna del Estado (CONINTES) para combater os “distúrbios” internos. Nesse marco, a ideologia comunista ou qualquer simpatia pela Revolução Cubana eram consideradas graves expressões de “subversão”. Assim como nos Estados Unidos, as Forças Armadas assumiram a “doutrina de segurança nacional”, pela qual cada país tinha um inimigo interno que devia ser aniquilado. Contudo, aquela investida contra o comunismo não era exclusiva do cenário argentino – muito menos do frondizismo –, mas parte de um movimento político-econômico que afetava toda a América Latina. No grave cenário de violência e antisemitismo de 1961, acentuado pelo conflito decorrente do sequestro de Eichmann, o governo perdera todo o apoio político. As pressões que levaram ao golpe que derrubou Frondizi eram provenientes de diferentes atores sociais. Seguiu-se um período que teve como pano de fundo a luta interna nas Forças Armadas, que culminou com a convocação de eleições em 1963. Com o peronismo mais uma vez proscrito, venceu o líder da UCR do Povo, Arturo Illia. Seu mandato foi interrompido em 1966 por um novo governo *de facto* autodenominado “Revolução Argentina”, a mando do general Juan Carlos Onganía. A ditadura se prolongaria até 1973 e se constituiu numa brutal antecipação do que sobreviria em 1976. Os fatos mais violentos da forte repressão a universitários e trabalhadores empreendida por Onganía foram “*la noche de los bastones largos*”, em 29 de julho de 1966, e a repressão à explosão social de maio de 1969, conhecida como o “Cordobazo”. Em 1973, num clima de intensa violência social, a convocação de eleições deu a vitória à fórmula Héctor Cámpora-Vicente Solano Lima. Cámpora habilitou o justicialismo e cumpriu o desejo de muitos argentinos: ver o retorno de Perón ao país. Definitivamente,



O presidente Jorge Rafael Videla

A DAIA declarava nos jornais que condenava os „grupos judeus pró-comunistas abrigados no ICUF%

vamente, o período que se estendeu de 1955 aos episódios de 1973 se caracterizou por uma sociedade dividida entre os peronistas e os artífices de projetos “desperonizadores”, militares e civis, com a violência aumentando até o paroxismo dos anos 1970. Enquanto até 1966 os governos autoritários se mostraram fracos e tendentes a restabelecer as vias democráticas sem peronismo, a partir do golpe de Onganía e até as eleições convocadas pelo general Agustín Lanusse, as Forças Armadas fecharam todos os canais possíveis para o funcionamento democrático das instituições políticas. Desnecessário torna-se explicar por que grande parte do arco liberal-socialista, desde meados da década de 1960, sentia saudade dos tempos do governo peronista.

Passemos às “ignóbeis” atuações da comunidade judaica. Desde a citada expulsão de 1952, os enfrentamentos entre sionistas e progressistas foram aumentando até a crise internacional produzida pela Guerra dos Seis Dias, em 1967. A política divisio-

nista das organizações centrais se tornou mais intensa a cada ano. As entidades que aderiram à AMIA e à DAIA recebiam o apoio econômico do Estado de Israel e cumpriam os seus objetivos políticos e econômicos. A campanha de desprestígio contra o ICUF atingiu o ponto máximo em meados dos anos 1970, enquanto o “triplo A” (Aliança Anticomunista Argentina), a mando do “bruxo” José López Rega, desencadeava as mais violentas ações terroristas contra os comunistas e peronistas de esquerda. A organização paramilitar de direita ultranacionalista gerava temor no público icufista, e a DAIA declarava nos jornais mais importantes, como *Clarín* e *La Nación*, que era “apolítica” e que se opunha radicalmente e condenava os “grupos judeus pró-comunistas abrigados no ICUF”. As crianças e os jovens frequentadores da colônia de férias Zumerland interromperam abruptamente essa atividade no clima instalado em 1974 e 1975, enquanto a Organização Feminina do ICUF e a última das escolas em ídesh desapareciam para sempre.

Cabe perguntar quanto daquele desgosto produzido pela perseguição política foi determinante do grande equívoco dos dirigentes icufistas. Estes, em 1976, acreditaram que, diferentemente de Pinochet, o nefasto general Jorge Rafael Videla era um “militar progressista”, que prometia acabar com a terrível onda de violência cotidiana. A triste história dos argentinos a partir desse ano é bem conhecida. Dos 30 mil desaparecidos registrados no informe da CONADEP, cerca de 10% eram de origem judaica. As torturas específicas que aqueles jovens sofreram por essa condição ainda estão sendo investigadas.

Como dissemos no artigo do Boletim 122, longe estavam as mulheres da OFI, em 1957, de imaginar a Argentina autoritária e sangrenta que se apresentaria alguns anos depois. ■

Nerina Visacovsky é docente e pesquisadora da Escola de Política e Governo da Universidad Nacional de San Martín.

Tradução de S.M.G.

Laicismo e laicidade

Alvaro de Oliveira Senra / Especial para ASA

O cidadão comum, que lê jornais e assiste à TV, provavelmente está acostumado com as demonstrações de força do fundamentalismo religioso em certas partes do mundo: Estados que aplicam a lei islâmica, mulheres com o rosto coberto, atentados suicidas com inúmeros mortos, a combinação assustadora entre modernas tecnologias de destruição e uma mentalidade que parece remeter a épocas que, pensávamos, estavam escondidas nas páginas menos lidas dos livros de História de nossos filhos.

No entanto, talvez as imagens difundidas pela imprensa não nos estranhem tanto. Afinal, elas registram fatos que ocorrem em países de cultura exótica, fora do Ocidente, longe da “nossa” cultura, mais ou menos impermeáveis aos valores que o iluminismo e os movimentos por ele inspirados deixaram como herança. Mais: talvez as consciências políticas de cidadãos progressistas e/ou sensíveis, que também leem jornais e assistem à TV, apresentem um enorme esforço para compreender esses fenômenos (fechando os olhos nas horas em que corre mais sangue, é claro), pois veem neles sinais de resistência ao imperialismo e à invasão cultural, possuindo legitimidade e força social em nações que foram oprimidas pelas potências ocidentais.

O estranhamento cresce quando coisas semelhantes acontecem em um terreno conhecido: nas sociedades ocidentais (entendidas em sentido geográfico e /ou cultural). Aí, sim, nos assustamos quando a religião desponta como força de mobilização, trazendo recordações que tentamos a todo custo esquecer. Quem não se lembra quando, há poucos anos, um bispo da Igreja Universal deu um “chute na santa”, transformando-se imediatamente em vilão de TV, em figura execrada a tal ponto que foi exilado pelos dirigentes de

sua Igreja em algum país da África, até que a coisa esfiasse por aqui?

Pois a inexistência de fronteiras entre religião e política foi e tem sido rejeitada no Ocidente porque remete, necessariamente, à ausência de liberdade de consciência tão combatida pelos revolucionários dos séculos 18 e 19 (embora não devamos nos esquecer de que, sendo condição necessária para a liberdade, essas desejadas fronteiras estão longe de garanti-la. Recordemos que Hitler, Mussolini e Stalin eram ateus e que os dois

O estranhamento cresce quando coisas semelhantes acontecem em um terreno conhecido: nas sociedades ocidentais.

primeiros fizeram acordos com a Igreja tão somente em função de objetivos políticos pragmáticos).

Este estranhamento ocorre principalmente porque a organização estatal das nações ocidentais se inspira nos princípios difundidos pelo iluminismo: Estado laico, leis baseadas em princípios racionais, igualdade jurídica entre os cidadãos. Estes princípios foram gradativamente implantados ao longo do século 19 nos principais países europeus. Napoleão concedeu a igualdade jurídica aos judeus. Os ingleses decidiram que os católicos e os judeus teriam acesso à cidadania completa, embora a sua monarquia continuasse oficialmente anglicana. Os distúrbios ocorridos no final do século 19 e estendidos até o século 20, como a “revelação” do antissemitismo francês no caso Dreyfus, a luta conduzida

por Bismarck contra o catolicismo, na Alemanha recém-unificada, e os conflitos na Irlanda pareciam referir-se mais a formas religiosas de manifestação de conflitos essencialmente políticos, ou, como estava virando moda, “raciais”.

Nosso estranhamento começa a gerar alguns calafrios quando nos damos conta de que a religião “reaparece” com força em sociedades que já são escolarizadas há gerações. Afinal, entre as razões da instituição de sistemas públicos de educação a partir do século 19 estavam o combate ao obscurantismo religioso e a substituição dos valores identitários fundados na religião por outros, baseados na razão, na tolerância e... no culto à pátria e seus símbolos, na sua história e na sua geografia, numa nova “religião cívica”, enfim. As grandes matanças futuras deveriam vir do enfrentamento entre nações, embora, de acordo com a ocasião e as necessidades, com pineladas “raciais” (vide o que a Turquia fez com os armênios, e os nazistas e seus asseclas, com os judeus, os ciganos e os eslavos), acrescidas de pitadas ideológicas (a famosa “luta contra a ameaça comunista”). De qualquer forma, a religião parecia ter pendurado as chuteiras.

Talvez não devêssemos nos espantar tanto, mas ela continua em campo. Apesar da ampla difusão do modelo iluminista de um Estado laico, deslocando a religião para o campo das opções individuais, com a garantia da igualdade de todos perante a Lei, e apesar da radicalização ocorrida em determinados momentos e lugares, como na França jacobina, no México anticlerical dos anos posteriores à Revolução ou nos Estados do “socialismo real”, que se declararam oficialmente ateus, a realidade indica a sobrevivência da força política da religião.

Pode-se dar como exemplos desta realidade os arranjos políticos que levaram

o Estado francês a se declarar protetor das religiões “oficiais” (católica, calvinista, luterana e israelita), as leis antidifamação religiosa em vários países, a evidente identidade entre o Estado e a religião em países como a Irlanda, a Polônia e o Brasil. Nosso país foi oficialmente católico até a proclamação da República, e, embora ninguém vá para a fogueira há muito tempo, não custa lembrar que a Liga Eleitoral Católica (LEC) teve todas as suas teses vitoriosas na Assembleia Constituinte de 1933 (incluindo a proibição do divórcio, finda só no governo de Ernesto Geisel, que, por sinal, era protestante) e que o discurso dos intelectuais católicos, até meio século atrás, considerava o Brasil uma nação essencialmente católica.

Posturas e arranjos como os citados acima mantiveram a influência da religião sobre amplos setores das populações, o que foi conseguido inclusive pelas redes escolares mantidas por Igrejas (principalmente a Católica) em vários países, apesar da expansão do ensino público. O ensino secundário continuou fundamentalmente sob direção religiosa em nações tão díspares como a Áustria e a França, a Holanda e o Brasil, até pelo menos meados do século 20.

Como a religião (e as suas manifestações organizadas e institucionais) conseguiu sobreviver e manter a fidelidade de grande parte da população em vários países? Em primeiro lugar, por algo que está além do que este artigo discute, mas que é óbvio: as condições de vida da modernidade não eliminaram as inquietações e angústias que formam o terreno em que a religião atua. Além disso, a identidade religiosa, sobretudo quando ancorada em sentimentos comunitários, fornece abrigo e segurança a grupos sociais que ficaram à margem da arquitetura política e social do mundo moderno: camponeses, membros de minorias, pessoas desenraizadas.

Em segundo lugar, a necessidade de sobrevivência sob condições e desafios anteriormente desconhecidos gerou uma “consciência de autopreservação” das forças religiosas. Que condições e desafios são

As condições de vida da modernidade não eliminaram as inquietações e angústias que formam o terreno em que a religião atua.

esses? A expansão das forças do Estado, a mobilidade social, a urbanização, a difusão de ideologias não religiosas ou antirreligiosas. O que era uma tradição, cuja sobrevivência não sofria ameaças diretas, precisou se tornar mais consciente, mais mobilizada, com um discurso mais sofisticado, com uma organização capaz de disputar espaços ou negociar condições. Podemos observar essa capacidade nos conceitos que a Igreja Católica, velha adversária dos Estados liberais, adotou a partir de meados do século 20. Ela passou a admitir a existência de um Estado laico, portador da laicidade (uma espécie de neutralidade diante das opções

religiosas dos cidadãos, respeitando o direito deles ao exercício da consciência religiosa), mas continuou a combater o laicismo (a imposição de concepções laicas por parte do Estado, exercida, por exemplo, na negação do direito ao ensino religioso nas escolas públicas). Por trás de uma diferença conceitual aparentemente sutil, os católicos organizaram um discurso, materializado em práticas políticas em vários Estados.

Talvez a conclusão possível seja a de que os modelos de modernidade encontraram seus limites nas próprias expectativas e ansiedades das populações a quem fizeram suas promessas. Essas populações receberam bem o que de bom os Estados modernos lhes ofereceram, mas, desconfiados, muitos de seus membros continuaram se valendo de recursos que vinham de épocas anteriores, e souberam, a seu modo, defendê-los. Mesmo que isso não estivesse no script. ■

Alvaro de Oliveira Senra, doutor em Ciências Sociais pela UERJ, é professor do CEFETRJ.

ADQUIRA PARA VOCÊ E DÊ
DE PRESENTE AOS SEUS AMIGOS

À venda na ASA

apenas R\$ 15,00



"DA PRAÇA ONZE AOS SUBÚRBIOS,
UM PANORAMA FECUNDO,
BEM-HUMORADO, CARINHOSO..."

Os comunistas festivos

Henrique Veltman/ Especial para ASA

Reprodução

Sou do tempo em que o Centro do Rio, isto é, a Praça Floriano ou Cinelândia, era o espaço cosmopolita de manifestações políticas e culturais, o palco da boemia carioca. Na Rua Álvaro Alvim, ali do lado, ficava a sede do Clube dos Cabiras, uma página heroica do judaísmo progressista carioca.

Símbolo desse bom tempo era o Bar Amarelinho. Parece que ele foi criado em 1921. Nunca dei muita bola pro chope e os petiscos do bar, mas sim ao ponto de encontro que ele era. Reduto da boemia carioca, o Amarelinho era democrático, recebia gente de todos os tipos – personalidades, artistas, políticos, juízes, turistas, e até gente comum.

Nos anos 1950, a vida literária no Rio de Janeiro era intensa. Romancistas, poetas, críticos se reuniam para tomar uma bebida, relaxar e jogar conversa fora. Poetas e escritores de estéticas tão diversas e distantes quanto Carlos Drummond de Andrade, Vinicius de Moraes, Mario Lago, João Cabral de Melo Neto, Jorge Amado e Jorge de Lima.

Foi nas mesas do Amarelinho que eu, ainda adolescente, conheci de perto a musa do existencialismo, Juliette Gréco. Vestida de preto, qual viúva siciliana. O poeta Gastão de Holanda me cutucou e disse: “Sente o cheiro? Ela não toma banho há séculos...”

Mas o Rio de 1952 começou a dar um banho de loja na Gréco, até de Cadillac rabo de peixe ela desfilou, num merchandising clandestino do Jean Manzon...

Mas um dia, as diferenças ideológicas se impuseram, e comunistas e simpatizantes abandonaram o Amarelinho, cruzaram a Praça Floriano e, na Rua Araújo Porto Alegre, inauguraram o Vermelhinho.

O terreno neutro e regado a uísque ficou, contudo, mais adiante, no Villarino, quase em frente à embaixada americana.

Dá pra acreditar ?



Bar Amarelinho

A ESQUERDA FESTIVA

Esquerda festiva foi a expressão usada, de forma irônica, para designar, especialmente a partir da ditadura militar, socialistas e comunistas, geralmente estudantes, artistas e intelectuais, que não tomaram parte da ação contra o regime, mas que, em bares e festas, defendiam sua derrubada.

O Zuenir Ventura conta em seu livro *1968, o ano que não terminou* que a expressão teria sido inventada pelo colunista Carlos Leonam em 1963. O ministro San Thiago Dantas declarou a ele que havia duas esquerdas no Brasil: “a esquerda positiva e a esquerda negativa”. Leonam replicou: “Tem outra esquerda, é a esquerda festiva.” A expressão foi publicada no *JB*, na entrevista com o ministro.

Já o Roberto Campos comentava: “É divertidíssima a esquizofrenia de nossos artistas e intelectuais de esquerda: admiram o socialismo de Fidel Castro, mas adoram também três coisas que só o capitalismo sabe dar – bons cachês em moeda forte, ausência de censura e consumismo burguês; trata-se de filhos de Marx numa transa adúltera com a Coca-Cola...”

A esquerda festiva foi genialmente re-

tratada nas tiras em quadrinhos *Chopnics*, da dupla Jaguar e Ivan Lessa, publicadas no *O Pasquim* dos anos 1970. ■

Henrique Veltman, carioca, 73 anos, casado, jornalista, sociólogo e torcedor do América, é colaborador do Boletim ASA.

ber
vel

Bervel
empreendimentos

Administração de condomínios
Locação de imóveis
Assessoria imobiliária

Centro: 2212-6100
Fax: 2212-6101
Barra: 3321-5871 / 3325-4241
Fax: 3325-1555

www.bervel.com.br • bervel@bervel.com.br

Clube de Cultura, 60

Airan Milititsky Aguiar / Especial para ASA

O Clube de Cultura foi fundado em 30 de maio de 1950, a fim de criar um espaço para atividades artístico-culturais que não encontravam acolhida nos lugares já consagrados da cidade de Porto Alegre. A iniciativa foi de catorze ativistas político-culturais, judeus não sionistas.

Alugaram uma casa na Rua Ramiro Barcelos, onde o Clube formou um coral e realizou diversas palestras e atividades. Decidiram comprar o terreno e construir uma nova sede com salas para diversos usos, além de um auditório. Vendo que não seria fácil pagar o terreno e os custos das obras, tiveram a idéia de fazer um condomínio, e parte da construção abrigaria a sede do Clube de Cultura. Assim, a atual sede foi inaugurada em 1958, na última rua do bairro do Bom Fim.

Realizaram palestras e exposições no Clube, nos anos 1950, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Aparício Torelli (Barão de Itararé), Carlos Scliar, Danúbio Gonçalves e Vasco Prado, por exemplo. Grupos de outros países, como Argentina e Uruguai, bem como de São Paulo, Curitiba e Rio de Janeiro, realizaram no novo auditório apresentações, em ídish, de cunho popular.

Após inaugurada, a sede foi palco de inúmeras atividades. O Clube comemorou seu aniversário em 1961 com Elis Regina. O CPC – Centro Popular de Cultura da UNE, organizado por Ferreira Gullar – apresentou o *Auto dos 99%*, texto que embalava as discussões sobre a reforma do ensino (99% era uma alusão ao percentual da população brasileira que não tinha acesso ao ensino superior).

P.F. Gastal, o maior crítico de cinema do Rio Grande do Sul, deu força ao Clube de Cinema de Porto Alegre, que funcionou na sede do Clube de Cultura na década de 50. Jacob Koutzii, imigrante da Bessarábia e autodidata, pioneiro na crítica cinematográfica sob o pseudônimo de Plínio Moraes, foi um dos fundadores do Clube.

O coral próprio, regido primeiro por

Arquivo Clube de Cultura



1959 – Comemoração do 16º aniversário do Levante do Gueto de Varsóvia, no Clube de Cultura

O Grupo de Teatro consagrou Qorpo Santo como um expoente da literatura brasileira.

Esther Scliar e depois por Helena Wainberg, ganhou prêmios em todo o Estado. Entre as músicas – eruditas e populares, em português, ídish e hebraico –, o *Hino dos Partisans* era cantado em ídish no ato comemorativo do Levante do Gueto de Varsóvia. Neste, sobretudo, lembrava a resistência e luta contra qualquer discriminação e opressão; celebrava a autodeterminação.

Em 1962, o Clube deixou de ser exclusivamente judaico, abrindo suas portas a todos os cidadãos. Formado novo Grupo de Teatro, encenou-se *A prostituta respeitosa*, de Sartre. Nos embalos do novo ritmo brasileiro, organizou-se o espetáculo *Bossa 64*.

Com o advento do golpe militar, o quadro social, marcado por um corte de esquerda, entra em pânico. O Clube se manteve na ativa por coragem de quatro dos antigos diretores: Hans Baumann, Henrique Scliar, André Paulo Franck e Salomão Schwartz.

O símbolo da resistência era erguido mais uma vez, denunciando o regime de exceção. Em 1964, a comemoração do Levante do Gueto de Varsóvia deveria contar com a participação do então deputado federal Leonel Brizola. Da organização deste ato é lavrada a última ata no livro original de atas da Diretoria. Vastamente adulterado, foi reescrito em um “novo livro de atas da Diretoria”, a fim de não deixar “rabo preso” para a repressão.

Apesar de todas as adversidades oriundas da repressão, a vida do Clube se manteve intensa. Especial destaque para a montagem teatral dos “redescobertos” textos de Qorpo Santo. O Grupo de Teatro do Clube de Cultura recebeu prêmios por essa montagem e consagrou Qorpo Santo como um expoente da literatura brasileira.

Nos anos 60, ainda funcionou a Frente Gaúcha de Música Popular, formada por jovens que buscavam romper com as cadeias da indústria cultural alienante. Nos anos 70, Carlos Gerbase e Jorge Furtado, os dois principais cineastas gaúchos, organizaram oficinas de cinema.

Nos anos 80, a Coompor – Cooperativa Mista de Músicos de Porto Alegre badalou o Bom Fim com o projeto “Lupicínio canta Lupi”. Caio Fernando Abreu e Luciano Albarse montavam os textos de nosso maldito favorito no auditório Henrique Scliar. Este, homenageado em vida com seu nome no auditório que ajudou a construir.

O tio Henrique, como era chamado – e muito citado nas crônicas do sobrinho Moacyr Scliar –, símbolo da turma progressista de Porto Alegre, mesmo não sendo conhecido pelas novas gerações, é exemplo de que a luta por um mundo novo, justo e igualitário não se faz apenas de derrotas. O Clube mantém suas atividades mesmo sendo uma sombra do que foi no passado. Mas, nestes 60 anos, a coisa vai mudar! O azul vai vencer o cinza que cobriu o nosso céu! ■

Airan Milititsky Aguiar, historiador, é vice-presidente do Clube de Cultura.

Pró, não e anti

Bennet Muraskin, *Outlook*

Quatro grupos de judeus tradicionalmente se opunham ou não apoiavam o sionismo:

1 – os reformistas, que acreditavam que os judeus eram uma fé religiosa e não um povo ou uma nacionalidade, e deveriam integrar-se às sociedades em que viviam;

2 – os ultraortodoxos, para quem os judeus não deveriam retornar a Sion até a chegada do Messias;

3 – os socialistas, comunistas e anarquistas, para quem os judeus se dividiam em classes, e era missão da classe trabalhadora judaica permanecer nos países onde viviam a fim de se unirem aos revolucionários não judeus para derrubar o capitalismo;

4 – os culturais, para quem os judeus floresciam melhor em comunidades judaicas autônomas dentro de sociedades democráticas que respeitassem os direitos dos judeus.

Dos quatro “pais fundadores” do judaísmo secular – I. L. Peretz, Simon Dubnow, Chaim Zhitlovsky e Ahad Haam –, os três primeiros eram judeus culturais (Peretz era também socialista) e o último, um sionista cultural que não acreditava na necessidade de um Estado judaico.

Até a Segunda Guerra Mundial, a maioria dos judeus politicamente ativos no mundo era não sionista, e, no movimento judaico secular, dominado por pessoas que se enquadravam nas categorias 3 e 4, o percentual era bem mais alto. Quando Israel foi estabelecido, quase todos eles deram o seu apoio, mas não significou que tenham se tornado sionistas.

Entre muitos destacados críticos judeus do sionismo (alguns dos quais se consideravam sionistas, mas eram favoráveis a um Estado binacional, em vez de judaico) figuravam Judah Magnes, Hannah Arendt, Henrietta Szold, Isaac Deutscher, I. F. Stone, Hans Kohn, Albert Einstein e Martin Buber. O binacionalismo foi a plataforma central do movimento sionista socialista Hashomer Hatzair, no período que antecedeu o estabelecimento do Estado de Israel.

Havia antissionistas em Israel no movimento canaanita, ativo na década de 1950 e composto de judeus que pretendiam criar uma nação hebréia que retornasse às suas alegadas raízes semitas, e no Matzpen, organização socialista revolucionária ativa nos anos 1960 e 1970. Há judeus hoje, em Israel, que acreditam que o Estado deveria ser de todos os seus cidadãos, e não apenas dos judeus.

Assim como nem todos os judeus são sionistas, nem todos os sionistas são judeus. Cristãos fundamentalistas e evangélicos nos Estados Unidos encontram-se entre os sionistas mais fervorosos. No início do século 20, o sionismo foi bem popular entre os cristãos britânicos. Gentios que desejam ver menos judeus em seus países estão entre os maiores entusiastas do sionismo.

A pesada dependência em relação aos EUA desde 1967 é autoevidente.

O sionismo reivindicou ser a solução para o problema judaico no mundo, e, de fato, Israel tem garantido um lar para muitos judeus em situação angustiante. Mas não se pode negar que, desde 1948, vem se mostrando o endereço judaico mais perigoso. Na qualidade de autoproclamado Estado judeu, avidamente respaldado por líderes judeus na Diáspora, seus equívocos são prontamente imputados aos judeus de fora. Neste sentido, pode-se dizer que o sionismo provoca antissemitismo.

Mais ainda, os sionistas com frequência agem de forma contrária aos interesses dos judeus na Diáspora. Por exemplo, opuseram-se a políticas de livre emigração em outros países por considerarem que desviariam os judeus da imigração para a Palestina/Israel. Isso foi verdadeiro

durante o Holocausto e no pós-guerra. Alguns sionistas tiveram uma história de abstenção da luta contra o antissemitismo porque concordavam com a posição dos antissemitas de que os judeus eram um corpo estranho na Europa que deveria ser removido.

O sionismo também pretendeu libertar os judeus da dependência dos outros povos, mas não fossem o Império Britânico (a Declaração Balfour e o mandato britânico) e as Nações Unidas (a resolução da Partilha), não haveria Israel. A pesada dependência em relação aos EUA desde 1967 é autoevidente. Os EUA foram também, inadvertidamente, responsáveis pela imigração judaica para a Palestina a partir dos anos 1920. Devido à restrição imposta pelos EUA à imigração judaica, de 1924 até o começo dos anos 50, a maioria dos judeus europeus que fugiam da perseguição antissemita não tinha outra escolha a não ser ir para a Palestina/Israel.

Estas são as diferenças básicas que vejo entre judeus sionistas e judeus não sionistas:

1 – Os judeus sionistas têm maior probabilidade do que os não sionistas de acreditar que a maioria dos não judeus ou é ativamente antissemita ou é antissemita em potencial e que a única forma de os judeus estarem seguros é no seu próprio Estado, onde sejam maioria e detenham o poder. Os não sionistas, com maior probabilidade, acreditam que judeus e gentios não precisam desconfiar uns dos outros, temer uns aos outros ou odiar-se mutuamente, e que os judeus podem viver em segurança como pequenas minorias em países dominados por maiorias não judaicas.

2 – Os judeus sionistas acham que Israel é o centro do universo judaico e que a vida judaica na Diáspora é menos autêntica do que a levada em Israel. Para os não sionistas, a vida judaica na Diáspora pode satisfazer tanto quanto em Israel.

3 – Para os judeus sionistas, Israel e o Holocausto são as pedras fundamentais da

identidade judaica. É mais provável que os não sionistas enfatizem a centralidade dos direitos humanos e da justiça social.

4 – Os judeus sionistas acreditam que os da Diáspora têm o dever de imigrar para Israel ou de apoiá-lo financeira e politicamente. Os não sionistas optam por viver na Diáspora e apoiarão ou se oporão a Israel de acordo com a conduta do país.

5 – Os judeus sionistas promovem uma versão da História judaica que enfatiza a importância da soberania judaica na Israel antiga e na moderna, denegrindo a experiência na Diáspora como sendo de exílio e humilhação. A versão dos não sionistas enfatiza a adaptação das comunidades judaicas aos ambientes não judaicos e vê na experiência diaspórica um enriquecimento cultural e espiritual.

6 – Os judeus sionistas consideram que o hebraico moderno e a literatura hebraica figuram entre as melhores criações da cultura judaica. Provavelmente os não sionistas sentem o mesmo em relação ao ídich.

Não há, no momento, freguesia para um Estado binacional.

7 – Os judeus sionistas são fundamentalmente nacionalistas, que dão mais valor a uma vida judia do que a uma palestina. Em decorrência, é mais provável que advoguem o uso da força contra os palestinos e o mundo árabe. Os não sionistas são fundamentalmente internacionalistas, que dão o mesmo peso à vida judia e à não judia.

É verdade que há sionistas de esquerda que aderem aos não sionistas no reconhecimento dos direitos dos palestinos, bem como no reconhecimento da diplomacia e do compromisso como meios para alcançar a paz no Oriente Médio. Fazem-no, porém, mais por acreditar que é do interesse dos judeus de Israel do que por

uma preocupação com os direitos humanos em geral.

Não creio que o antissionismo seja uma opção viável para os judeus progressistas. Quase todos os seis milhões de judeus que vivem em Israel desejam permanecer num Estado judaico, e o nacionalismo hoje no Oriente Médio continua forte. Simplesmente, não há, no momento, freguesia para um Estado binacional ou um Estado único para judeus e palestinos. No entanto, a tentativa sionista de igualar sionismo a judaísmo e de ofender os dissidentes classificando-os de antisemitas precisa ser repelida. Um não sionismo (ou, talvez, um termo melhor fosse “pós-sionismo”) que respeite o direito dos judeus israelenses à autodeterminação, no contexto de uma solução de dois Estados, e que garanta direitos iguais para os cidadãos palestinos de Israel é um imperativo ético judaico. ■

Bennett Muraskin escreve regularmente para Jewish Currents, Humanistic Judaism e Outlook.

CARTAS / NOTAS

Judeu de esquerda

A matéria de Renato Mayer "Ser um judeu de esquerda" (*ASA* 122, janeiro/fevereiro de 2010) é louvável, na medida em que mostra o outro lado da moeda. Mas querer que o "judeu de esquerda" compre as dores dos palestinos à custa do ideal sionista é querer demais. Além disso, o texto contém uma série de equívocos, dos quais cito alguns: a repressão britânica à população árabe da então Palestina não justifica os ataques dessa mesma população aos colonos judeus, nem o seu alinhamento com os bandidos nazistas; o bombardeio de Gaza pode ter sido desumano, mas não

foi inútil: pelo contrário, conseguiu deter os foguetes lançados ano após ano contra Israel, sem que nenhum Renato Mayer da vida protestasse; no Rio, não são só os brancos de bairros nobres as vítimas da violência, a ditadura do tráfico tortura e condena à morte (ou ao exílio) moradores humildes das comunidades. Além disso, Renato esquece que o pecado original nesse imbroglio todo foi cometido pelas nações árabes, que, ao invadirem o recém-criado Israel, inviabilizaram a partilha preconizada pela ONU.

Ivo Korytowski, Rio de Janeiro, RJ

Cartas para **ASA**: Rua São Clemente, 155, fundos - Botafogo - Rio de Janeiro/RJ - CEP 22260-001; telefax (21) 2539-7740 ou e-mail asa@asa.org.br c.c para smgruman@terra.com.br

Devem conter nome e endereço completos, telefone e assinatura. Havendo restrição de espaço, poderão ser encurtadas sem autorização dos remetentes

Cinema no verão

Nelson Rodrigues diria que estamos tendo um verão de rachar catedrais. Para amenizar o sufoco e refrescar a alma, exibimos, no escurinho da sala de vídeo, dois documentários musicais. No dia 28 de janeiro, *Brasileirinho*, notável coleção de imagens sobre a história do choro no Rio de Janeiro. Participações especialíssimas do Trio Madeira Brasil, Paulo Moura, Zé da Velha, Silvério Pontes e Elza Soares. No dia 25 de fevereiro, foi a vez da música clássica. *Conversa Noturna*, filme premiado em vários festivais, mostrou um pouco da vida e da arte de Martha Argerich, pianista argentina considerada uma das maiores artistas contemporâneas.

Coral

O **Coral da ASA** voltou aos ensaios. A primeira atividade do ano será o pré-Seder laico, no dia 28 de março. A regente Claudia Alvarenga continua precisando de vozes masculinas. Se você quer participar, entre em contato com a secretaria e peça informações.

Reprodução



Crianças do primeiro jardim de infância do Degania

Há 100 anos, jovens judeus partiram para Israel com a determinação de construir um novo Estado judaico, baseado numa sociedade socialista ideal. Uma das bandeiras desses pioneiros era o kibbutz – um experimento social comunitário que só deu certo porque eles eram motivados pelos mesmos valores e ideais. Assim foi fundado, em 1909, o primeiro kibbutz, o Degania, ao sul do Lago Kineret, em um pedaço de terra comprado pelo Fundo Comunitário Judaico. Veja um texto curto e fotos no site da **Agência Judaica**, <http://www.jafi.org.il/education/100/places/degania.html>, e visite o site do kibbutz <http://www.degania.org.il/> (em hebraico). Um artigo sobre esta história está em **Gems in Israel**, http://www.gemsinIsrael.com/e_article000065677.htm.

Para entender o que é o kibbutz, visite a **Jewish**

Kibutz, o novo faz cem anos

Fany Sechter Ruah / Especial para ASA

Virtual Library, http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Society_&_Culture/kibbutz.html, onde encontrará explicações sucintas sobre a implantação, principais características e história dos kibbutzim. Para complementar a leitura, visite também a página do Hashomer Hatzair, no mesmo site, em http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Society_&_Culture/artzi.html.

Um pouco de história está no site do governo **Israel Ministry of Foreign Affairs**, http://www.mfa.gov.il/MFA/MFArchive/2000_2009/2002/11/Focus%20on%20Israel-%20Kibbutz, no artigo "Kibbutz: What, Why, When, Where". Basta clicar na figura da lente de aumento embaixo das fotos para ver a ampliação. O artigo ainda faz algumas comparações entre o hoje e o ontem de vários aspectos da vida do kibbutz. É bem abrangente, com dados demográficos, está em inglês, mas há versão em francês e espanhol.

No site da Agência Judaica, **The Jewish Agency**, há também uma página com links para diversas histórias de kibbutzim e moshavim. A pá-

gina **KIBBUTZIM, MOSHAVIM & MOSHAVOT** está em <http://www.jafi.org.il/education/100/places/moshava.html>. São textos curtos em inglês, com fotos.

Para saber sobre os kibbutzim nos dias de hoje, comece pelos dados econômicos no site da **Kibbutz Industries Association**, <http://www.kia.co.il/eng/>. Vale a pena ver a apresentação em flash no link *Flash Presentation*. Um artigo interessante sobre os kibbutzim hoje em dia está no jornal *Haaretz*, <http://www.haaretz.com/hasen/spages/1140864.html>.

Para mais referências sobre o kibbutz, há uma lista de sites, livros e filmes em *Center for the Advancement of Jewish Education* - Miami, <http://www.caje-miami.org/articlenav.php?id=1099>, no artigo "Celebrate 100 years of Kibbutz".

Fany Sechter Ruah, radialista e profissional de Marketing, é webmaster do site *FanyZINE* – www.fanyzine.com e colaboradora de **ASA**.

Na ASA

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

5 DE MARÇO, sexta-feira, das 19 às 21h30, no auditório:
Exposição de artesanato (cerâmica, pintura etc.)

7 DE MARÇO, domingo:

■ No auditório, das 16 às 19 horas: Exposição de artesanato

■ Na sala de vídeo, às 17 horas: Debate sobre as lutas das mulheres na atualidade

DEBATEDORAS: Maria Helena Alves Pereira (psicóloga clínica, com especialização em psicoterapia da mulher; coordenadora do Programa de Atenção à Adolescente Grávida numa unidade do SUS, até 2007)

Lucia Baére (professora de Geografia nos colégios Pedro II e Santo Inácio)

Entrada franca

MARTINS ASSOCIADOS -Advocacia Trabalhista e Societária

Rua Senador Dantas, 20 Gr. 1509 - Centro - Telefone: 2240-9808

Rosana Yentas - Psicoterapia / Orientação Profissional

Consultórios: Botafogo e Tijuca - Cel.: 9956-5466

Alberto Band - Advogado

Rua Álvaro Alvim, 48 / 405 - Centro - Telefone: 2220-2784

Anna e Heloisa Araujo Eventos
Cerimonial e Logística - Bufê próprio

Telefones: 2553-7013/2552-6929/8829-6929 - E-mail: heloisa.ams@oi.com.br

Dr. Sérgio Fiser - Cirurgia plástica, estética, Botox,
preenchimento de rugas, câncer de pele

Rua Siqueira Campos, 43 / 608 - Copacabana - Telefone: 2257-0359

Mauro Acelrad - Psiquiatria Clínica

Rua Joana Angélica, 217 – Ipanema
Telefones: 2522-1794/ 2523-3852 - E-mail: acsel@globo.com

Helena Kaplan - Psicoterapia e Psiquiatria

Consultório: Rua Barata Ribeiro, 383 / 405 - Copacabana - Telefone: 2255-7491

José Paulo Nebel - Psicólogo/ Psicanalista

Rua Benjamin Batista, 197/ 302 - Jardim Botânico - Telefone: 2286-5075

ORIENTAÇÃO PARA A ECT

Endereço para devolução deste impresso: R. São Clemente, 155, fundos - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22260-001